



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

# **RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO**

## **REFERÊNCIA – EXERCÍCIO FINANCEIRO DE**

### **2019**

**ITAITUBA (PA), 25 DE MARÇO DE 2020**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

**Sumário:**

- 1 - Da Introdução do Relatório;
- 2 – Da Abordagem do Relatório;
- 3 – Do Controle da Execução Orçamentária da Receita e da Despesa;
  - 3.1 – Da Rceita Orçamentária Prevista;
  - 3.2 – Da despesa Orçamentária Fixada do Exercício
4. Da Receita Arrecadada no Exercício;
  - 4.1 – Da Análise da Receita Prevista na LDO com a Receita Arrecadada e a Frustração de Arrecadação;
  - 4.2 – Da Receita Arrecadada Confrontada com a Despesa Realizada;
5. Da Execução da Despesa Orçamentária;
  - 5.1 – Da Despesa Orçamentária e dos Créditos Suplementares;
  - 5.2 – Da Despesa Efetivamente Empenhada por Categoria Econômica e Percentual em Relação ao Total da Despesa;
  - 5.3 – Da Receita Arrecadada Confronatada com as Despesas Empenhadas, Liquidadas, Pagas e a Liquidar a Pagar;
  - 5.4 – Do Limite das Despesas Autorizadas pelo Legislativo
  - 5.4 – Do Resultado Primário do Exercício;
  - 5.5 - Da Reserva de Contingência e sua Utilização;
6. Do Resultado Primário e Resultado Nominal;
  - 6.1 - Do Resultado Primário;
  - 6.2 – Do Resultado Nominal;
7. Das Informações Quanto à Destinação dos Recursos com a Alienação de Ativos;
8. Da Avaliação sobre as Providências adotadas pela Gestão Diante de Danos Causados ao Erário;
9. Da Execução Financeira do Exercício Balanço Financeiro (Anexo XIII da Lei nº 4.320/64);
10. Do Detalhamento dos Restos a Pagar com as Disponibilidades Financeiras;
11. Do Balanço Patrimonial do Exercício (Anexo XIV da Lei nº 4.320/64);



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

- 11.1 Do Ativo Circulante;
- 11.2 - Do Ativo não Circulante;
- 11.3 - Do Passivo Circulante;
- 11.4 – Do Passivo não Circulante;
- 12. Das Variações Patrimoniais Quantitativas;
- 13. Da Variação e Controle Financeiro de Pagamentos do Governo;
- 14. Dos Créditos da Fazenda Municipal (Dívida Ativa);
- 15. Dos Adiantamentos /Suprimentos de Fundo;
- 16. Da Aplicação em Saúde – Cumprimento dos ADCT art. 77, III da CF/88 e LC 141/2012;
- 17. Da Aplicação em Educação – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Art. 212 da CF/88;
- 18. Da Arrecadação e Aplicação dos Recursos do FUNDEB;
- 19. Dos Gastos com Pessoal do Poder Legislativo e Executivo;
- 20. Das Licitações, Contratos e Termos Aditivos;
- 21. Da Comissão de Licitação e Equipe de Pregoeiro;
- 22. Da Relação de Obras Executadas Durante o Exercício;
- 23. Da Transferência da Quota Constitucional à Câmara Municipal;
- 24. Da Realção da Frota de Veículos e Máquinas do Poder Executivo;
- 25. Do Imobilizado (Bens de Natureza Permanente);
- 26. Das Audiências Públicas Realizadas pelo Poder Executivo;
- 27. Das Recomendações da Controladoria Interna do Poder Executivo;
- 28. Da Conclusão do Relatório.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

**RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO COMPETÊNCIA**  
**EXERCÍCIO DE 2019**

## **1. DA INTRODUÇÃO DO RELATÓRIO**

Em atendimento à legislação vigente, em especial a legislação que rege o Controle Interno do Município, artigos 75 a 82 da Lei 4.320/64, Decreto Lei nº 200/67, artigos 37, 42, 74 e 165 da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município de Itaituba e Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (LC nº 084/2012) e demais legislações correlatas, apresentamos o Relatório do exercício de 2019 do Controle Interno, elaborado com observação aos Relatórios Setorizados recebidos por este órgão de Controle Interno da Administração Pública Municipal, o qual encaminhou ao Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Este Relatório tem como objetivo fundamental levar ao conhecimento das autoridades competentes, do controle externo e da sociedade em geral, informações adicionais, de forma simplificada, da Ação Governamental programada para o exercício de 2019, a partir da execução do orçamento e da avaliação da gestão administrativa, nos seus aspectos contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional.

Assim, ao mesmo tempo em que demonstra as ações do governo em termos físico-financeiro, pode se constituir num instrumento auxiliar em nível gerencial a fim de conduzir a gestão Pública Municipal, tornando-a, essencialmente, voltada para o atendimento dos interesses coletivos.

Esta Controladoria para melhor subsidiar seus trabalhos de análise, urgiu encaminhar expediente ao Secretário Municipal de Administração que solicitou relatórios e informações necessárias a conclusão deste relatório.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

## **2. DA ABORDAGEM DO RELATÓRIO**

O presente relatório, consiste no controle da execução orçamentária, patrimonial, financeira e operacional e outros necessários ao acompanhamento efetivo da Administração Pública Municipal em seus mais diversos níveis.

O conteúdo constante do presente relatório consiste no atendimento à legislação vigente, com suporte documental analítico de posse deste setor de Controle Interno, que terão os seguintes objetivos:

- 1 - Garantir a veracidade das informações e relatórios contábeis financeiros e operacionais;
- 2 - Prevenir erros e irregularidades e, em caso de ocorrência destes, possibilitar descobri-los o mais rapidamente possível;
- 3 - Localizar erros e desperdícios promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção ao registrarem-se as operações;
- 4 - Salvar os ativos e, de modo geral, obter-se um controle eficiente sobre todos os aspectos operacionais da entidade.

## **3. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DA DESPESA:**

### **3.1 Da Receita Orçamentária Prevista**

Para o exercício financeiro de 2019 a Receita foi estimada e a despesa fixada, pela Lei Municipal nº 3.211/2018, no valor de **R\$ 318.575.400,00 (Trezentos e dezoito milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e quatrocentos reais)**, assim compostas:

**Receitas Correntes: R\$ 254.528.400,00 (Duzentos e cinquenta milhões, quinhentos e vinte e oito mil e quatrocentos reais);**

**Receitas de Capital: R\$ 64.047.000,00 (sessenta e quatro milhões, e quarenta e sete mil reais);**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

**3.2 Da Despesa Orçamentária Fixada do Exercício:**

A despesa fixada para o exercício no mesmo valor da receita, sendo:

**Despesas Correntes: R\$ 214.206.428,46 (Duzentos e quatorze milhões, duzentos e seis mil, quatrocentos e vinte e oito reais e quarenta e seis centavos);**

**Despesas Capitais: R\$ 101.368.971,54 (cento e um milhões, trezentos e sessenta e oito mil, novecentos e setenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), a Reserva de Contingência na ordem de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).**

**4. DA RECEITA ARRECADADA NO EXERCÍCIO**

A Receita Orçamentária por Categoria Econômica de **2019** está assim representada:

<b>RELATÓRIO DA RECEITA ARRECADADA</b>		
<b>ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA</b>	<b>EXERCÍCIO DE 2019</b>	<b>% DE ARRECADÇÃO</b>
<b>Receita Correntes</b>	<b>283.081.631,95</b>	93,73
<b>Impostos, taxas e contribuições de melhoria</b>	39.320.197,66	13,02
<b>Rec. de Contribuições</b>	11.469.113,34	3,80
<b>Rec. Patrimonial</b>	512.441,53	0,16
<b>Receitas de Serviços</b>	1.108.324,57	0,36
<b>Transf. Correntes</b>	246.985.346,70	81,77
<b>Outras Rec. Correntes</b>	713.716,57	0,23
<b>(-) Receitas Retificadoras FUNDEB</b>	<b>(17.027.625,36)</b>	(5,63)
<b>Receita de Capital</b>	18.943.886,00	6,27
<b>TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>302.025.517,95</b>	<b>100,00</b>
<small><i>FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</i></small>		



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

**4.1 - DA ANÁLISE DA RECEITA PREVISTA NA LOA COM A RECEITA REALIZADA E A FRUSTRAÇÃO DE ARRECADAÇÃO**

<b>Período</b>	<b>Prevista na LOA (R\$)</b>	<b>Realizada no Exercício (R\$)</b>	<b>Diferença (R\$)</b>
<b>2019</b>	<b>318.575.400,00</b>	<b>302.025.517,95</b>	<b>16.549.882,05</b>

*FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA*

A receita total prevista na LOA (Lei nº 3.211/2018) para 2019 a preços correntes foi de **R\$ 318.575.400,00 (dezentos e dezoito milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e quatrocentos reais)** e no período em questão foram efetivamente arrecadadas a importância de **R\$ 302.025.517,95 (trezentos e dois milhões, vinte e cinco mil, quinhentos e dezessete reais e noventa e cinco centavos)**, logo verificou-se uma frustração de receita da ordem de **R\$ 16.549.882,05 (dezesseis milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, oitocentos e oitenta e dois reais e cinco centavos)**, a referida frustração de receita em relação à previsão na LOA, deve-se à superavaliação da previsão de receita de de convênios não realizada, bem como por conta da crise econômica que permaneceu durante o exercício em questão que provocou a redução dos repasses de receitas voluntárias.

**4.2 - DA RECEITA ARRECDADA CONFRONTADA COM A DESPESA REALIZADA**

<b>Receita Arrecadada</b>	<b>Despesa Realizada</b>	<b>Déficit Orçamentário do Exercício</b>
<b>302.025.517,95</b>	<b>287.152.185,09</b>	<b>14.873.332,86</b>
<b>Receita Confrontada com Despesas Liquidadas que geram Obrigação Pagamento</b>		
<b>302.025.517,95</b>	<b>279.926.174,54</b>	<b>22.099.343,41</b>

*FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA*

Então, analisando os dados acima, verifica-se que o governo realizou despesas bem abaixo do montante arrecadado, considerando o total de despesas liquidadas que gera, para o governo, a obrigação de pagamento. Conclui-se assim, que houve a preocupação com o equilíbrio financeiro por parte do Governo.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

**5 – DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**5.1 - DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E OS CRÉDITOS SUPLEMENTARES**

A despesa orçamentária no exercício foi da ordem de **R\$ 287.152.185,09** (Duzentos e oitenta e sete milhões, cento e cinquenta e dois mil, cento e oitenta e cinco reais e nove centavos), provocando uma economia orçamentária no exercício de **R\$ 31.423.214,91** (trinta e um milhões, quatrocentos e vinte três mil, duzentos e quatorze reais e noventa e um centavos). O que nos levou a concluir que o orçamento para o exercício de 2019 foi ligeiramente superavaliado, no que concerne à previsão de receitas com convênio.

Os créditos orçamentários autorizados pelo Poder Legislativo foram da ordem de **R\$ 318.575.400,00** (trezentos e dezoito milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e quatrocentos reais), tendo em vista que foram abertos créditos suplementares e especiais por anulação de dotação, da ordem de **R\$ 95.852.241,50** (noventa e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos), e redução no mesmo valor.

**5.2 - DA DESPESA EFETIVAMENTE EMPENHADA POR CATEGORIA ECONÔMICA E PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DA DESPESA.**

A despesa efetivamente realizada por categoria econômica ficou assim demonstrada:

<b>DESPESAS REALIZADAS EM 2019</b>		
<b>ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS</b>	<b>EXERCÍCIO DE 2019</b>	<b>% DE REALIZAÇÃO</b>
<b>Receita Corrente</b>	<b>261.792.229,16</b>	<b>91,17</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	155.674.675,23	54,21
<b>Outras despesas correntes</b>	106.117.553,93	36,95
<b>Despesa de Capital</b>	<b>25.359.955,93</b>	<b>8,83</b>
<b>Investimentos</b>	18.490.906,29	6,44
<b>Inversões Financeiras</b>	13.000,00	0,004
<b>Amortização da Dívida</b>	6.856.049,64	2,39
<b>TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>287.152.185,09</b>	<b>100,00</b>

*FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA*





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

**5.3 – DA RECEITA ARRECADADA CONFRONTADA COM AS DESPESAS EMPENHADAS, LIQUIDADAS, PAGAS E LIQUIDADAS A PAGAR**

<b>Receita Arrecadada</b>	<b>Despesa Empenhada</b>	<b>Despesa Liquidada</b>	<b>Despesa Paga</b>	<b>Despesa a Liquidar</b>	<b>Despesa Liquidada a Pagar</b>
<b>302.025.517,95</b>	<b>287.152.185,09</b>	<b>279.926.174,54</b>	<b>274.244.552,55</b>	<b>7.226.010,55</b>	<b>5.681.621,99</b>

*FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA*

Como se observa no quadro acima, o governo cumpriu com o equilíbrio orçamentário e financeiro. O volume elevado de empenhos provem de contratos à longo prazo vinculados obras de convênios com o Governo Federal.

Por outro lado, o planejamento governamental é de responsabilidade institucional do Poder Executivo Municipal e tem como objetivo principal controlar os programas e projetos, em consonância com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), com acompanhamento da execução orçamentária através da avaliação periódica por este Órgão de Controle Interno.

Quanto ao acompanhamento das metas propostas no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual – LOA verificou-se que algumas já foram executadas parcialmente em 2019, outras ainda não foram realizadas no exercício, enquanto que as demais deverão ser contempladas nos exercícios subsequentes à medida que houver disponibilidade de recursos de forma gradativa.

**5.4 – DO LIMITE DA DESPESA AUTORIZADA PELO LEGISLATIVO**

A abertura de créditos adicionais suplementares para reforço de dotações orçamentárias se deu em conformidade com a prescrição legal, respeitado o limite autorizado na LOA (Leis nº 3.211/2018 e 3.213/2019), correspondendo a 29,94%, do total do orçamento, portanto, abaixo do limite de 30% autorizado pelo poder Legislativo, conforme as leis antes mencionadas. Os créditos especiais foram autorizados através das Leis nº 3.312/2019 e 3.412/2019, e o resultado está refletido no demonstrativo abaixo:



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

Despesa Fixada na LOA	318.575.400,00
Créditos Suplementares	95.383.241,50
Creditos Especiais	469.000,00
<b>SubTotal</b>	<b>414.427.641,50</b>
Créditos Anulados	95.852.241,50
<b>Total de Créditos Autorizados</b>	<b>318.575.400,00</b>
<i>FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</i>	

## 5.5 - DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA E SUA UTILIZAÇÃO

Não ocorreu, no Município de Itaituba, nenhum fato relacionado a risco fiscal ou passivo contingente. Portanto, a reserva de contingência, no valor de **R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)**, foi utilizada como fonte de recurso para a abertura de créditos adicionais das dotações vinculadas ao pagamento da dívida pública, permitido por lei.

## 6. DO RESULTADO PRIMÁRIO E RESULTADO NOMINAL

### 6.1 – DO RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário fixado na LDO para o exercício de 2019 a preços constants, foi da ordem de **R\$ 1.570.095,00 (Um milhão, quinhentos e setenta mil e noventa e cinco reais)** positive. No entanto, o resultado no final do exercício, foi da ordem de **R\$ 10.293.413,29 (dez milhões, duzentos e noventa e tres mil, qautrocentos e treze reais e vinte e nove centavos)** positivos, demonstrando equilíbrio financeiro do governo.

Para melhor esclarecimento segue o demonstrativo que mostra a composição dos dados acima informados:



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

<b>DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO ANEXO VI (LRF ART. 53, III)</b>		
<b>Especificação</b>	<b>Até o Bimestre (R\$)</b>	<b>Até o Bimestre Anterior (R\$)</b>
Receitas Primárias (a)	301.038.464,29	241.449.506,27
Despesas Primárias (b)	280.296.135,45	221.779.095,04
<b>Resultado Primário acima da linha (c) = (a)-(b)</b>	<b>10.293.413,29</b>	<b>9.188.065,47</b>
<b>Resultado Primário abaixo da linha</b>	<b>12.433.981,17</b>	<b>12.863.941,58</b>
<i>FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</i>		

## 6.2 - DO RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal do exercício está refletido no demonstrativo abaixo:

<b>DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL - ANEXO V (LRF ART.53, III)</b>			
<b>Saldos</b>	<b>Em 31/12/2018 -R\$ (a)</b>	<b>Em SET a OUT/2019- R\$ (b)</b>	<b>Em NOV a DEZ/2019-R\$ (c)</b>
Dívida fiscal Consolidada	193.559.840,17	193.520.988,78	192.505.979,74
Deduções	3.978.038,90	16.803.129,09	15.358.159,64
Disponibilidade de caixa	3.978.038,90	16.803.129,09	15.358.159,64
Disponibilidade de Caixa Bruta	15.435.858,96	18.865.386,99	22.086.317,29
Restos a pagar processados	11.457.820,06	2.062.257,90	6.728.157,65
Demais haveres financeiros	3.978.038,90	-	-
<b>Dívida Fiscal Consolidada Líquida</b>	<b>189.581.801,27</b>	<b>176.717.859,69</b>	<b>177.147.820,10</b>
<b>Passivos Reconhecidos</b>	<b>143.211.578,01</b>	-	-
<b>Dívida Fiscal Líquida</b>	<b>189.581.801,27</b>	<b>176.717.859,69</b>	<b>177.147.820,10</b>
		No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
<b>Resultado Nominal Acima da Linha</b>		<b>429.960,41</b>	<b>(12.433.981,17)</b>
<i>FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</i>			



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

Com base nas informações acima evidenciadas, vislumbra-se um resultado nominal da ordem de **R\$ 12.433.981,17 (doze um milhões, quatrocentos e trinta e tres mil, novecentos e oitenta e um reais e dezessete centavos)**, que corresponde à necessidade de financiamento do Setor Público (NFSP), para garantir a amortização da dívida pública do governo para o próximo ano.

**7. DAS INFORMAÇÕES QUANTO À DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.**

No decorrer do exercício não houve arrecadação proveniente de alienação de ativos da Prefeitura de Itaituba.

**8. DAS AVALIAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA GESTÃO DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO**

No decorrer do exercício de 2019, no Município de Itaituba, não houve ocorrência de danos ao patrimônio público Municipal que tenha sido detectado por este Órgão de controle ou que chegasse ao conhecimento deste Controle Interno.

**9. DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO – BALANÇO FINANCEIRO ANEXO XIII DA LEI Nº 4.320/64**

À execução financeira consolidada do exercício de 2019 está demonstrada conforme planilha resumida abaixo:

<b>EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2019</b>			
<b>RECEITAS</b>	<b>VALORES</b>	<b>DESPESAS</b>	<b>VALORES</b>
Receita Orçamentária (I)	302.025.517,95	Despesas Orçamentárias (VI)	287.152.185,09
Recebimento Extra Orçamentário (II)	392.596.196,81	Transferência Financeira Concedidas (VII)	392.596.196,81
Recebimento Extra Orçamentário (III)	53.278.790,67	Pagamentos Extras Orçamentários (VIII)	61.312.425,42
Saldo do Exercício Anterior	15.435.858,96	Saldo para o Exercício Seguinte	22.275.557,07
<b>Total Geral</b>	<b>763.336.364,39</b>	<b>Total Geral</b>	<b>763.336.364,39</b>

*FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA*



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

**10. DO DETALHAMENTO DOS RESTOS A PAGAR COM AS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS:**

Os restos a pagar inscritos no exercício, estão assim demonstrados:

- 1) Restos a pagar processados acumulados até 31/12/2019 é da ordem de **R\$ 5.681.621,99 (cinco milhões, seiscentos e oitenta e um mil, seiscentos e vinte e um reais e noventa e nove centavos)**.
- 2) Os restos a pagar não processados acumulados até o encerramento do exercício e da ordem de **R\$ 7.226.010,55 (sete milhões, duzentos e vinte e seis mil, dez reais e cinquenta e cinco centavos)**, este último não gera obrigação de pagamento para o governo.
- 3) As disponibilidades financeiras do Poder Executivo no final do exercício são da ordem de **R\$ 22.275.557,07 (vinte e dois milhões, duzentos e setenta e cincomil, quinhentos e cinquenta e sete reais e sete centavos)**, portanto, suficiente para arcar com o total de restos a pagar processados e acumulados até o final do exercício financeiro de 2019.

**11. BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO (ANEXO XIV DA LEI Nº 4.320/64)**

O resultado patrimonial do exercício em apreço está refletido no demonstrativo abaixo:

<b>BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2019 – ANEXO XIV DA LEI Nº 4.320/64</b>			
<b>ATIVO</b>	<b>VALORES</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>VALORES</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>87.083.100,62</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>41.251.896,89</b>
Disponível (Caixa e Equivalentes)	22.275.557,07	Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais Curto Prazo	22.411.934,80
Créditos Diversos em Curto Prazo (Diversos Responsáveis)	64.472.469,55	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5.065.140,56
Estoques de Material de Consumo	335.074,00	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	13.774.821,53
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>Passivo não Circulante</b>	<b>171.787.042,38</b>
Imobilizado	69.106.789,67	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	171.787.042,38
<b>Total do Ativo</b>	<b>156.189.890,29</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>213.038.939,27</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>Patrimônio Líquido</b>	
Resultados Acumulados	56.849.048,98	Resultados Acumulados	
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>56.849.048,98</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	
<b>Total</b>	<b>213.038.939,27</b>	<b>Total</b>	<b>213.038.939,27</b>

*FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA*



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

### 11.1 ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante do governo, composto das disponibilidades financeiras, haveres a receber e estoque de material de consumo, é suficiente para pagar o passivo circulante, logo, no exercício em referência as contas do governo apresenta superávit financeiro, tem suporte para honrar seus compromissos a curto prazo.

### 11.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

O Ativo não Circulante, representa o imobilizado do Governo Municipal, formado por bens móveis e bens imóveis.

### 11.3 PASSIVO CIRCULANTE

O Passivo Circulante representa as obrigações a curto prazo do Governo, composto de obrigações previdenciárias, fornecedores e fiscais.

### 11.4 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante, é formado pela dívida fundada interna por contrato com a previdência (RGPS) e Dívida com PASEP corrigidas até o final do exercício.

## 12. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

As variações patrimoniais do governo até o encerramento do exercício em questão, estão refletidas no demonstrativo abaixo:

<b>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DE 2019 – ANEXO XV DA LEI Nº 4.320/64</b>			
<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA</b>	<b>VALORES</b>	<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVAS</b>	<b>VALORES</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	38.020.608,49	Pessoal, e Encargos	155.439.468,69
Contribuições	11.469.113,34	Uso de bens, Serv. e Consumos de Capital Fixo	101.545.889,17
Exploração de Vendas de Bens, Serviços e Direitos vendas de Mercadorias	1.108.324,57	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	6.194.974,05
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	512.558,47	Transferências e Delegações Concedidas	409.623.822,17
Transferências e Delegações Recebidas	658.525.429,51	Tributárias	1.600.701,55



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	406.391,09	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	886.714,79
Outras Variações patrimoniais Aumentativas	713.716,57		
<b>TOTAL DAS VARIACÕES PAT. AUMENTATIVAS (I)</b>	<b>710.756.142,04</b>	<b>TOTAL DAS VARIACÕES PAT. DIMINUTIVAS (II)</b>	<b>675.291.570,42</b>
<b>Resultado patrimonial do Período = (I) – (II)</b>	<b>35.464.571,62</b>		
<b>TOTAL</b>	<b>675.291.570,42</b>	<b>TOTAL</b>	<b>675.291.570,42</b>
<i>FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA</i>			

Portanto, conforme demonstrado no relatório acima o Resultado Patrimonial do Governo em 2019 foi positivo, na monta de **R\$ 35.464.571,62 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e quarto mil, quinhentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos)**, em razão do controle financeiro realizado, durante o exercício em comento.

### **13. DA AVALIAÇÃO E CONTROLE FINANCEIRO DE PAGAMENTOS DO GOVERNO:**

- Os pagamentos são feitos exclusivamente, em cheques e/ou transferência eletrônica;
- Os pagamentos são feitos obedecendo à ordem cronológica, previamente estabelecida;
- Os cheques são emitidos com cópias e nominativos;
- Os pagamentos por meio eletrônico são devidamente comprovados;
- Antes de efetuar o empenho é conferida para liquidação e autorização;
- Os recursos financeiros destinados a Câmara Municipal são contabilizados Como Transferências a Unidades Gestoras Externas;
- Os documentos da despesa são arquivados separadamente, por movimento em conta corrente e movimentação financeira, bem como por unidade orçamentária do governo.

### **14. DOS CRÉDITOS DA FAZENDA MUNICIPAL (DÍVIDA ATIVA)**

Quanto à Dívida Ativa, apresentamos a situação no quadro a seguir com valores nominais:



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

<b>EXERCÍCIO DE 2018</b>	<b>SALDO DE 2018 - R\$ (a)</b>	<b>VALOR LANÇADO/INSCRITO NO ULTIMO BIMESTRE DE 2019 - R\$ (b)</b>	<b>VALOR RECEBIDO OU CANCELADO (c)</b>	<b>SALDO DA DÍVIDA ATIVA EM 2019 - R\$ (a+b-c=d)</b>
<b>Saldo</b>	59.584.021,90	-	1.299.589,60	<b>58.284.432,30</b>

*FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA*

O saldo da Dívida Ativa do **Exercício Anterior (2018)** foi de **R\$ 59.584.021,90 (cinquenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, vinte e um reais e noventa centavos)**. Não houve inscrição no final do exercício de 2019, foi arrecadado durante o exercício R\$ 1.299.589,60 (**um milhão, duzentos e noventa e nove mil, quinhentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos**), restando um saldo de crédito em favor da fazenda pública da ordem de **R\$ 58.284.432,30 (cinquenta e nove milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e dois reais e trinta centavos)**.

#### **15. DOS ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDO**

Os suprimentos de fundos só são feitos para servidores devidamente cadastrados, e as prestações de contas são realizadas no mês subsequente ao adiantamento. As prestações de contas são submetidas ao departamento financeiro para análise e aprovação, após aprovadas é que o servidor pode se habilitar para receber novo suprimento, conforme regra estabelecida na Lei de Suprimentos do Município.

#### **16. DA APLICAÇÃO EM SAÚDE – CUMPRIMENTO DO ART. 77, III DA CF E LC 141/2012.**

O demonstrativo abaixo evidencia a aplicação dos recursos em Saúde durante o exercício:





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

<b>CUMPRIMENTO DO ART. 77, III DO ADCT DA CF/88</b>		
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR</b>	<b>(%)</b>
<b>ARECADAÇÃO PRÓPRIA</b>	<b>31.459.055,96</b>	<b>25,40</b>
Receitas de Impostos	31.459.055,96	
<b>TRANSFERÊNCIAS CONST. E LEGAIS DO GOVERNO FEDERAL</b>	<b>42.050.263,36</b>	<b>33,95</b>
F.P.M.	34.694.475,62	
I.T.R.	92.778,39	
ICMS DESONERAÇÃO.	-	
IOF. (IMPOSTO DO OURO)	7.263.009,35	
<b>TRANSFERÊNCIAS CONST. E LEGAIS DO GOVERNO ESTADUAL</b>	<b>50.350.893,65</b>	
IPVA	4.996.138,77	
ICMS.	44.170.594,51	
IPI-EXPORTAÇÃO.	1.184.160,37	
<b>TOTAL DOS IMPOSTOS E TRANSF. CONSTITUCIONAIS</b>	<b>123.860.212,97</b>	<b>100,00</b>
<b>(+) 15% DOS IMPOSTOS E TRANSF. CONST. E LEGAIS A SAÚDE</b>	<b>18.579.031,95</b>	
(+) RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS UNIÃO BL. CUSTEIO	25.953.155,32	
(+) RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS UNIÃO BL. INVEST.	2.349.945,00	
(+) RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS ESTADO BL. CUSTEIO	491.608,23	
(+) RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	89.285,95	
<b>(=) TOTAL DE RECURSOS DA SAÚDE</b>	<b>47.463.026,45</b>	
<b>VALOR APLICADO NA FUNÇÃO SAÚDE</b>	<b>48.209.222,96</b>	
<b><u>DESPESAS EXCLUÍDAS</u></b>	<b>28.884.200,06</b>	
(-) RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS UNIÃO E ESTADO	28.794.708,55	
(-) RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	89.491,51	
<b>(=) VALOR APLICADO NA SAÚDE</b>	<b>19.325.022,90</b>	<b>15,60</b>
<b>(-) DESPESAS A PAGAR SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA</b>	<b>-</b>	
<b>(=) VALOR LÍQUIDO APLICADO NA SAÚDE</b>	<b>19.325.022,90</b>	<b>15,60</b>
<b>DISPONIBILIDADE FINANCEIRA</b>	<b>6.832.360,75</b>	
<b>RESTOS A PAGAR DE 2019</b>	<b>2.680.584,11</b>	
<b>RESTOS A PAGAR DE 2018 NÃO PAGO</b>	<b>-</b>	
<b>DISPONIBILIDADE FINANCEIRA NÃO COMPROMETIDA</b>	<b>4.151.776,64</b>	

Conforme demonstrado acima, o Governo cumpriu com o mandamento Constitucional no exercício de 2019, foi aplicada, nas ações e serviços públicos em saúde, a monta de **R\$ 19.325.022,90** (dezenove milhões, trezentos e vinte cinco mil, vinte e dois



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

reais e noventa centavos), correspondendo a **15,60%**, da receita de impostos e transferências constitucionais e legais do exercício.

**17. DA APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – (ART. 212 C.F/88).**

O demonstrativo abaixo mostra em detalhes os recursos e a aplicação na manutenção e desenvolvimento do Ensino vejamos:

<b>CUMPRIMENTO DO ARTIGO 212 DA CF/88</b>		
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR</b>	<b>(%)</b>
<b>ARRECADAÇÃO PRÓPRIA</b>	<b>31.459.055,96</b>	
IMPOSTOS	31.459.055,96	
<b>TRANSF. DO GOVERNO FEDERAL</b>	<b>45.055.957,97</b>	
F.P.M.	34.694.475,62	
F.P.M. 1%	3.005.694,61	
I.T.R.	92.778,39	
ICMS DESONERAÇÃO	-	
IOF (IMPOSTO DO OURO)	7.263.009,35	
<b>TRANSF. DO GOVERNO DO ESTADO</b>	<b>50.350.873,65</b>	
IPVA.	4.996.138,77	
ICMS.	44.170.574,51	
IPI-EXPORTAÇÃO.	1.184.160,37	
<b>TOTAL DOS IMPOSTOS E TRANSF. CONSTIT. E LEGAIS</b>	<b>126.865.887,58</b>	
<b>(+) 25% PARA EDUCAÇÃO.</b>	<b>31.716.471,90</b>	
(+) RECURSO DE APLICAÇÃO DO FUNDEB.	99.928,73	
(+) COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB.	85.520.953,60	
(+) RECURSO DE APLICAÇÃO DO MDE.	51.402,87	
<b>(=) TOTAL DE RECURSOS DE PROGRAMAS DO FNDE</b>	<b>6.250.590,36</b>	
(+) P.N.A.E.(MERENDA ESCOLAR)	2.615.999,92	
(+) PNATE FNDE.(TRANSPORTE ESCOLAR)	742.635,44	
(+) SALÁRIO EDUCAÇÃO.	2.881.976,20	
(+) PDDE	9.978,80	
<b>(+) OUTROS RECURSOS DA EDUCAÇÃO</b>	<b>924.372,03</b>	
(+) CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADOS À EDUCAÇÃO.	340.631,73	
(+) CONVÊNIOS DO ESTADO TRANSP. ENSINO MÉDIO (PNATE)	583.740,30	
<b>(=) TOTAL DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO.</b>	<b>124.563.719,49</b>	
<b>VALOR APLICADO NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO.</b>	<b>120.292.558,26</b>	
<b>TOTAL DAS EXCLUSÕES</b>	<b>88.375.986,23</b>	
<b>(=) EXCLUSÕES DA COMPL. UNIÃO E REND. DE APL. FINANCEIRAS</b>	<b>81.108.025,41</b>	



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

(-) VALOR APLICADO NO ENSINO MÉDIO.	1.392,70	
(-) RECURSO DE APLICAÇÃO DO FUNDEB.	99.928,73	
(-) COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB (VL. NÃO COMPROMETIDO = 4.565.653,68)	80.955.299,92	
(-) RECURSO DE APLICAÇÃO DO MDE.	51.404,06	
<b>(=) TOTAL DE RECURSOS DE PROGRAMAS</b>	<b>7.267.960,82</b>	
(-) P.N.A.E .	3.559.333,48	
(-) PNATE FNDE.	742.635,44	
(-) SALÁRIO EDUCAÇÃO (SALDO C/C 17.578-1 = 419.595,18)	2.462.381,02	
(-) PDDE	9.978,80	
(-) CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADOS À EDUCAÇÃO (VL. NÃO COMPROMETIDO = 311.396,69)	29.235,04	
(-) CONVÊNIOS PROG. DO ESTADO ENSINO MÉDIO - PETE (VL. NÃO COMPROMETIDO = 119.343,26)	464.397,04	
<b>(=) TOTAL BRUTO APLICADO EM EDUCAÇÃO</b>	<b>31.916.572,03</b>	<b>25,16</b>
(-) DESPESAS A PAGAR SEM DISPONIBILIDADE	-	<b>0,00</b>
<b>(=) TOTAL LÍQUIDO APLICADO EM EDUCAÇÃO</b>	<b>31.916.572,03</b>	<b>25,16</b>
DISPONIBILIDADE FIANCEIRA DA EDUCAÇÃO	7.619.424,98	
RESTOS A PAGAR EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	
RESTOS A PAGAR FUNDEB/FME	2.322.779,43	
<b>SALDO DE RECURSOS DISPONÍVEL ATÉ O PERÍODO</b>	<b>5.296.645,55</b>	
<b>NOTA EXPLICATIVA: FORAM DEDUZIDOS DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO, PROGRAMAS E CONVÊNNIOS O SALDO NÃO UTILIZADO E NÃO COMPROMETIDOS COM RESTOS A PAGAR O VALOR TOTAL DE R\$ 5.296.645,55, TENDO EM VISTA, HAVER DESCONTOS EM DUPLICIDADE, COMPROMETENDO A CONTRAPARTIDA.</b>		

No que concerne à determinação Constitucional, acima enumerada, e conforme demonstrado no quadro acima, comprova-se que o governo cumpriu a exigência Constitucional. Foi aplicada, na manutenção e desenvolvimneto do ensino público, a cifra de **R\$ 31.916.572,03 (trinta e um milhões, novecentos e dezesseis mil, quinhentos e setenta e dois reais e três centavos)**, que corresponde a **25,16%** das receitas de impostos e transferências constitucionais e legais. Portanto cumpriu a determinação constitucional.

## **18. DA ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB**

O demonstrativo dos valores recebidos e aplicados do FUNDEB está assim detalhado no quadro abaixo:



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

<b>DEMONSTRATIVO DE ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DO FUNDEB</b>		
<b>EXERCÍCIO DE 2019</b>		
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR</b>	
<b>SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>0,00</b>	
RECEITA DO FUNDEB NO PERÍODO	102.548.578,96	
RECEITA DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO DO FUNDEB	99.928,73	
RESTITUIÇÃO DO FUNDEB		
<b>TOTAL DE RECURSO NO PERÍODO</b>	<b>102.648.507,69</b>	
<b>VALOR PAGO NO PERÍODO</b>	<b>VALOR</b>	<b>(%)</b>
<b>DESPESAS COM REM. DO MAGISTÉRIO 60%</b>	<b>66.584.129,14</b>	<b>64,87</b>
DEMAIS DESP. DA MANUT. DO MDE 40%	30.555.368,53	29,77
DESPESAS PAGAS COM OUTROS RECURSOS (PNATE E CONVÊNIO FEDERAL)	587.759,31	0,57
<b>DESPESAS LÍQUIDAS DA MANUT. DO MDE 40%</b>	<b>29.967.609,22</b>	<b>29,19</b>
SALDO P/ PROXIMO EXERCÍCIO - 60%	3.650.476,17	3,56
SALDO P/ PROXIMO EXERCÍCIO - 40%	2.451.781,74	2,39
SALDO TOTAL PARA PROXIMO EXERCÍCIO	6.102.257,91	<b>5,94</b>
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA FUNDEB	6.102.257,91	
RESTOS A PAGAR FUNDEB	1.536.604,23	
<b>SALDO DISPONÍVEL FUNDEB PARA 2020</b>	<b>4.565.653,68</b>	
<b>LEI Nº 11.494/2007 - LEI DO FUNDEB</b>		

No exercício de 2019, o Fundo recebeu, incluindo os rendimentos de aplicação financeira, a monta de **R\$ 102.648.507,69 (cento e dois milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quinhentos e sete reais e sessenta e nove centavos)**, desta monta foram aplicados na Remuneração do Magistério o valor correspondente a **R\$ 66.584.129,14 (Sessenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, cento e vinte nove reais e quatorze centavos)**, correspondendo a **64,87%** dos recursos. Portanto, cumprindo assim com o disposto no art. 22, da Lei nº 11.494/2007 (Lei do FUNDEB).

Com a manutenção e desenvolvimento da educação, foi aplicado o montante da ordem de **R\$ 29.967.609,22 (Vinte e nove milhões, novecentos e sessenta e sete mil, seiscentos e nove reais e vinte e dois centavos)**, equivalente a **29,19%**, já descontados os pagamentos realizados com outros recursos dentro da unidade FUNDEB.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

O saldo disponível não comprometido, já deduzidos os restos a pagar que passou para o exercício de 2020, é da ordem de **R\$ 4.565.653,68 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos)**, todo ele comprometido com restos a pagar processados para o exercício seguinte.

Assim sendo, a Gestão cumpriu com os mandamentos legais, emanados pela legislação especial do FUNDEB.

### **19. DOS GASTOS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO**

O demonstrativo abaixo reflete com exatidão os gastos com pessoal dos Poderes:

<b>DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL (LRF. ART.55, INCISO I, alínea 'a', ANEXO I)</b>		
<b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>REMUNERAÇÃO EM 12 MESES (R\$)</b>	<b>%</b>
<b>CÂMARA MUNICIPAL</b>	6.033.180,84	2,13
<b>TOTAL DA CÂMARA</b>	<b>6.033.180,84</b>	<b>2,13</b>
<b>PODER EXECUTIVO</b>	149.641.494,39	52,86
<b>TOTAL DO EXECUTIVO</b>	<b>149.641.494,39</b>	<b>52,86</b>
<b>TOTAL DE DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL EXECUTIVO E LEGISLATIVO</b>	<b>155.674.675,23</b>	<b>54,99</b>
<b>RESUMO</b>		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>283.081.631,95</b>	<b>% S/RCL</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS E SOCIAIS DO EXECUTIVO</b>	<b>149.641.494,39</b>	<b>52,86</b>
LIMITE PRUDENCIAL 95% DO LIMITE LEGAL DE 54%	145.220.877,19	51,30
LIMITE LEGAL 54%	152.864.081,25	54,00
<b>ITAITUBA (PA), 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>		

Com base na tabela acima, verifica-se que o Poder Legislativo teve gastos com despesa de pessoal de **2,13%** em relação à receita corrente líquida. E o Poder Executivo da cifra de **52,86%**. Logo, ambos os poderes cumpriram com os limites legais.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

## **20. DAS LICITAÇÕES, CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS.**

As licitações foram publicadas no mural dos jurisdicionados. No entanto, com base na documentação analisada, foi constatado que os processos licitatórios apresentados a este Controle Interno atendem as exigências da legislação pertinente.

## **21. DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E EQUIPE DE PREGOEIRO**

Durante o período em referência, foi nomeada a equipe de pregoeiro através de Portaria 0012/2019 em anexo - contendo 01 (um) pregoeiro, um suplente e 02 (dois) de apoio.

A Comissão de Licitação foi constituída através da Portaria nº 003/2019 em anexo - composta de 01 (um) Presidente e 02 (dois) membros.

Após análise dos atos mencionados verificamos que a composição de seus membros cumpriu com as exigências do (art. 51, da lei nº 8.666/93). A composição dos colegiados deve ser composta de no mínimo 03 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pelas licitações.

## **22. DA RELAÇÃO DAS OBRAS EXECUTADAS DURANTE O EXERCÍCIO**

Embora esta Controladoria tenha solicitado a relação atualizada e a situação física dos Investimentos em Obras realizadas até o final do exercício de 2019, até a conclusão dos trabalhos de fechamento deste relatório, o órgão competente não apresentou as informações, logo ficou prejudicado esse item.

## **23. DA TRANSFERÊNCIA DA QUOTA CONSTITUCIONAL À CÂMARA MUNICIPAL**

Foi repassado, a título de transferência à Câmara Municipal durante o exercício de 2019, o montante de **R\$ 6.959.107,08 (Seis milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, cento e sete reais e oito centavos).**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

Constatou-se que o valor repassado, ficou bem abaixo do limite máximo definido pelo art. 29-A, II da CF/88, mas de acordo com os créditos orçamentários do Poder Legislativo.

#### **24. DA RELAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO PODER EXECUTIVO**

Da mesma forma que aconteceu com as informações do item “22”, o órgão competente não nos encaminhou as informações acontento.

#### **25. DO IMOBILIZADO (BENS DE NATUREZA PERMANENTE)**

Conforme documentos do setor de patrimônio em anexo, o levantamento e controle dos bens estão em fase de execução, no entanto, até a conclusão deste relatório, não estava concluído o inventário completo de todos os bens móveis e imóveis, ficando desta forma prejudicada, não sendo possível o parecer conclusivo sobre o patrimônio do Município. Sendo possível apenas o comparativo acumulado dos bens entre os exercícios de 2018 e 2019, conforme planilhas abaixo discriminadas:

<b>APURAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS</b>			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>ACUMULADO NO EXERCÍCIO DE 2018</b>	<b>EXERCÍCIO DE 2019</b>	<b>SALDO ACUMULADO 2019</b>
<b>Bens Móveis</b>	9.026.841,22	4.775.358,56	13.802.199,78
<b>Bens Imóveis</b>	33.473.353,36	21.831.236,53	55.304.589,89
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>42.500.194,58</b>	<b>26.606.595,09</b>	<b>69.106.789,67</b>

Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme já explicitado, nos relatórios de bens apresentados constam apenas os bens móveis, não foi realizado em 2019 o inventário completo dos bens imóveis, foi apresentado ao Controle Interno apenas relatórios fragmentados de órgãos do Poder Executivo, sem credibilidade no sentido de avaliação e especificação.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

Este Controle Interno requereu da administração ações imediatas e efetivas para um levantamento rigoroso, composto de recadastramento de bens móveis e imóveis com avaliação, reavaliação e localização de cada bem patrimonial e seu devido tombamento.

## **26. DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELO PODER EXECUTIVO**

A administração realizou audiência pública de prestação de contas com a população do Município no Plenário da Câmara Municipal, após o encerramento do primeiro e segundo quadrimestre, no entanto, do terceiro quadrimestre ainda não foi realizada em detrimento da pandemia do Coronavírus (COVID – 19).

## **27. DAS RECOMENDAÇÕES DA CONTROLADORIA INTERNA DO PODER EXECUTIVO**

Na condição de responsável pelo Controle Interno do Município de Itaituba, Estado do Pará, apresentamos o Relatório e Parecer sobre as observações realizadas no período correspondente ao exercício financeiro de 2019, em conformidade com o previsto em Lei:

1. Destaca-se, inicialmente, que o Controle Interno do Município foi instituído pela Lei municipal nº 1.787/2005, de 29/03/2005.
2. O Controle Interno desenvolve suas atividades diariamente, sendo que todos os procedimentos adotados foram no sentido de orientação à administração sobre as normas e procedimentos corretos objetivando de priorizar os serviços de interesse públicos, através de rotinas de auditoria, são as formas que os serviços do Controle Interno realiza seus trabalhos.

Em toda verificação realizada pelo Controle Interno, foram emitidos relatórios e recomendações e enviadas ao Prefeito Municipal e às Unidades Administrativas. As recomendações visaram sanar possíveis irregularidades ou impropriedades





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

administrativas detectadas, entre as inúmeras recomendações feitas destacam-se as abaixo enumeradas:

**Recomendação: 001/2019**– Foi recomendado que fossem adotadas as providências necessárias ao adequado acompanhamento da execução orçamentária e financeira, sobretudo quanto ao disposto no artigo 9º da LRF, em especial quanto ao estoque da dívida pública do Município. No tocante ao equilíbrio financeiro, ficou comprovado que especificamente em 2019, o Governo conseguiu cumprir com o equilíbrio financeiro, haja vista, que os restos a pagar liquidados que geram obrigação de pagamento para o poder público está bem abaixo do lastro, ou seja, ficou saldo suficiente para honrar os pagamentos. Tanto, que no exercício e questão se apresenta com superávit positivo, conforme o resultado apontado no item “6.1”, do presente relatório. Entretanto, o resultado negativo acumulado apontado no item “6.2”, deste relatório é reflexo das dívidas do Município, acumuladas ao longo do tempo de sua existência.

**Recomendação: 002/2019**– No que tange aos condicionantes legais, constatou-se que todos foram cumpridos, embora a economia do Município no exercício em referência, ainda sofre com a recessão, não foi diferente dos demais municípios no Brasil.

**Recomendação: 003/2019**– Dotar o setor de tributos para processar o lançamento, cobrança e arrecadação de impostos, taxas e contribuições, para que se possa auferir com precisão os lançamentos, pagamentos, baixas e saldos a pagar para efeito de inscrição dos créditos tributários e não tributários em dívida ativa dentro do prazo legal, para posterior cobrança e execução dos créditos em favor da fazenda pública municipal com mais celeridade, evitando desta forma o instituto da prescrição do crédito tributário. Nesse diapasão, constatamos que o governo deu início nos procedimentos de recuperação dos créditos em favor da Fazenda Pública Municipal no exercício de 2019, no entanto, os melhores resultados irão ser comprovados nos exercícios seguintes, tendo em vista que depende muito dos contribuintes liquidar os créditos do governo espontaneamente, ou através de execução judicial, que nessa última opção há uma dependência da justiça.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

**Recomendação: 004/2019**– Concentrar esforços no sentido de concluir o inventário dos bens patrimoniais dos bens imóveis, buscando assim o devido tombamento, avaliação e registro em sistema próprio que possa controlar de forma eficiente o patrimônio público, já que este trabalho de registros esta acontecendo apenas em relação aos bens móveis.

## **28. DA CONCLUSÃO DO RELATÓRIO**

No exercício de 2019, com base na documentação e procedimentos operacionais analisados, bem como com espeque nos relatórios simplificados que recebemos de cada órgão municipal, foram feitas algumas recomendações ao Chefe do Poder Executivo que adotou e deverá ainda adotar as providências para aprimorar ainda mais a correção de atos e procedimentos, evitando possíveis desperdícios ou ilegalidades na gestão dos recursos da Prefeitura Municipal de ITAITUBA, embora tenha-se avançado bastante nesta área, nos três últimos anos.

Destaca-se por fim, no que tange os trabalhos da Unidade de Controle Interno, que todas as atividades desenvolvidas nas unidades administrativas e recomendações feitas aos Gestores, encontram-se arquivadas e disponíveis no portal da transparência da Prefeitura para análise dos órgãos de Controle Externo, assim como por parte de qualquer cidadão.

É o parecer e relatório.

S.m.j.

Itaituba (PA), 26 de março de 2020.

**Alex Roberto de Araújo Lima**  
Controlador Interno  
Decreto nº 060/2018